

**Mulheres que militam e o uso das categorias “feminismo”, “mulher”, “mulheres” e  
“relações de gênero” (1975 – 2008)**

*Women in militancy and the use of the categories “feminism”, “woman”, “women” and  
“gender relations” (1975 - 2008)*

**Mirian Alves do Nascimento**  
UFSC  
miroca11@hotmail.com

Resumo: O estudo objetiva evidenciar as referências utilizadas no uso das categorias “feminismo”, “mulher”, “mulheres” e “relações de gênero” na escrita ou fala de mulheres envolvidas em movimentos feministas ou de mulheres, na Argentina e Brasil, desde 1975 até 2008. Para tal utilizei como fontes livros, periódicos e entrevistas. A partir da História Oral e da análise do discurso observei que as autoras usaram a categoria “mulher” relacionando-a ao sujeito universal: mulher; “mulheres” em referência a pluralidade de sujeitos que residem dentro do universo feminino; “feminismo” está presente em praticamente todas as obras. “Relação de gênero” não apareceu nos periódicos.

Palavras-chave: mulher, mulheres, relações de gênero, feminismo

*Abstract: The study aims to highlight the references used in the use of categories "feminism", "Woman", "women" and "gender relations" in writing or speech of women involved in feminist or women's movements in Argentina and Brazil, from 1975 to 2008. Used as sources for such books, journals and interviews. From the Oral History of discourse analysis and noticed that the authors used the category "woman" linking it to the universal subject: woman, "women" in reference to a plurality of subjects who reside within the world of women, "feminism" is present in almost all works. "Relationship of gender" did not appear in the journals.*

*Keywords: woman, women, gender relations, feminism*

No interior do movimento feminista tem se utilizado as categorias “feminismo”, “mulher”, “mulheres” e “relações de gênero” a partir do seu ressurgimento, por volta do início da segunda metade do século XX. Essas categorias foram escolhidas sob “um ambiente de tensões e discussões” em virtude dos indivíduos que elas podiam acolher dentro de suas significações. Este estudo tem como objetivo perceber quais referências foram utilizadas ao se utilizarem estas categorias nos documentos produzidos por mulheres envolvidas nos movimentos feministas e de mulheres tais como livros, periódicos e entrevistas na Argentina e no Brasil, entre 1975 e 2008.

As mudanças que ocorreram no planeta em decorrência dos avanços tecnológicos nos

últimos dois séculos trouxeram em seu interior alterações nas sensibilidades das pessoas e proporcionaram verdadeiras revoluções no que tange as relações entre os indivíduos. Em meio a essas transformações privilegiamos as que ocorreram em relação às mulheres, uma vez que o presente estudo se insere dentro deste contexto.

O movimento feminista iniciou entre o final do século XIX e o início do século XX e teve esse começo chamado, posteriormente, de “primeira onda”, momento cujas reivindicações se concentravam na busca pelos direitos econômicos e sociais: o acesso ao trabalho remunerado, aos estudos, à propriedade e à herança; e os políticos: de votarem e serem eleitas. A Nova Zelândia foi o primeiro país a conceder o direito ao voto feminino, em 1893. No Reino Unido algumas mulheres conseguiram votar em 1918, creditando-se essa concessão à participação delas nos esforços de guerra (DUBY; PERROT, 1993, p.73). Nos Estados Unidos elas conseguiram votar em 1920. No Brasil, as mulheres tiveram o direito ao voto aprovado em 1932 no governo de Getúlio Vargas, e elas só conseguiram votar em 1934. No Japão, na França e na Itália elas só puderam votar a partir de 1939 (NIEM/UFRGS, 2010). Então, até a primeira metade do século XX as lutas das mulheres se pautaram por direitos vistos como de ordem pública. As mulheres envolvidas neste movimento buscaram inserção em um mundo idealizado e, principalmente, realizado para o homem - visto que as grandes lutas pelos *direitos* travadas durante a História Moderna resultaram em promulgações que privilegiaram os indivíduos do sexo masculino – brancos e proprietários -, por exemplo, citamos a “Declaração de Independência” dos EUA, em 1776; e a “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, na França, em 1789” (HUNT, 2009, p. 225-228).

A II Guerra Mundial levou muitas mulheres às fábricas e aos serviços públicos, dos países ditos desenvolvidos, para substituírem os trabalhadores que eram soldados e estavam lutando no *front*. Após a guerra elas retornaram aos lares não mais da forma que haviam saído. Novas ideias de emancipação haviam despontado. A escritora francesa Simone de Beauvoir faz uma análise da condição da mulher no livro que publica em 1949, “O segundo sexo” (1970) e influencia no ressurgimento do movimento feminista francês. A escritora estadunidense Betty Friedan lança em 1963 seu livro “Mística feminina” (1971). Germaine Greer, escritora australiana publica em 1970 a obra “A mulher Eunuco” (1975), ambos, sob uma perspectiva feminista fazem crítica à subordinação das mulheres na sociedade. Esses acontecimentos políticos e intelectuais contribuíram para o ressurgimento do feminismo, nos

anos 1960, da fase conhecida como “segunda onda”, momento que se caracterizou pela priorização das lutas pela autonomia em relação ao seu corpo, ao prazer – demandas inclusas nos direitos de ordem privada -, e contra a hegemonia dos homens em relação às mulheres - expressão do patriarcado. Neste tempo, durante suas manifestações, as mulheres estadunidenses, inglesas e italianas utilizaram dizeres como “*o privado é político, nosso corpo nos pertence*” (NIEM/UFRGS, 2010), esta última sentença ainda é utilizada nas reivindicações a favor da descriminalização do aborto no Brasil.

A partir do ressurgimento do movimento feminista, no início da segunda metade do século XX, as mulheres se ocuparam em reclamar direitos utilizando a categoria “Mulher”, em contraposição à categoria “Homem”, usado genericamente nas referências aos seres humanos, pois as feministas não se viam contempladas por esse termo universal e reivindicavam o direito de escolha em relação à reprodução, contra a violência doméstica e pela divisão de tarefas domésticas. Entretanto, durante a década de 1980, muitas mulheres pertencentes às variadas classes e etnias – mestiças, negras, indígenas, trabalhadoras, pobres -, também não se sentiram incluídas nesta modalidade uma vez que enxergavam outras prioridades. Assim, o movimento feminista passou a reclamar pelos direitos das mulheres utilizando a categoria “Mulheres”, respeitando suas complexidades, diversidades e necessidades particulares dentro de um universo maior (PEDRO, 2005, p.82). Segundo Joan Scott, “*a história das mulheres confirmou assim a realidade da categoria “mulheres”, sua existência anterior ao movimento contemporâneo, suas necessidades inerentes, seus interesses e suas características, dando-lhe uma história*” (In BURKE, 1992, p.83-84). O feminismo, embora estivesse presente em alguns movimentos de mulheres entre o final do século XIX e início do XX (ALVES; PITANGUY, 2007, p.54), ressurgiu com força como categoria de análise, a partir de meados do século XX. E, na década de 1990 recebe como concorrente, sob a influência da virada linguística, a categoria “relação de gênero” que passou a ser utilizada com frequência, trazendo para as discussões uma análise dual, entre a ação de homens e mulheres de forma concomitante (PEDRO, s/d, p.6).

A Instituição pela Organização das Nações Unidas (ONU) do Ano Internacional da Mulher em 1975 despertou em muitas pessoas as questões referentes às realidades envoltas nas desigualdades em que viviam muitas mulheres. No Brasil, em plena ditadura militar, o movimento feminista colocou literalmente em pauta, nos jornais alternativos, feministas ou não, reivindicações contra a opressão em que as mulheres viviam no lar, no trabalho e nas

relações sociais em geral. Dentre os temas elencados estavam “liberdade sexual, igualdade de direitos e de oportunidades, aborto, políticas públicas para as mulheres e condições de trabalho” (WOITOWICZ in WOITOWICZ, 2009, p.31).

A antropóloga estadunidense Margaret Mead afirmou já na primeira metade do século XX que a diferença sexual era utilizada por cada sociedade como argumento na formação das funções sociais das mulheres e homens, porém ela viu que esses usos se davam de maneiras diferentes em cada sociedade. Então, mostrou que o sexo era um dado biológico e a função social era definida pela cultura (PEDRO, 2005, p.78-79). Na obra “O segundo sexo” de Simone de Beauvoir ela diz que "Não se nasce mulher: torna-se mulher" (1967, p. 8). Numa clara posição que o sexo nada tem a ver com a construção dos estereótipos relacionados aos gêneros feminino e masculino.

Já ocorriam discussões sobre diferenças entre sexo e gênero a partir da década de 1960, com Robert Stoller, no livro sobre intervenções cirúrgicas para adaptar a anatomia genital, denominado de sexo, com a identidade sexual escolhida, entendida por ele como gênero. A articulação posterior com a noção de poder com Joan Scott, no trabalho “Gênero: uma categoria útil de análise histórica” nos mostra que gêneros são as diferenças, ligadas à cultura e não ao sexo, que se constata nos comportamentos de mulheres e homens, no interior das relações de poder. Com exceção do movimento na França que utiliza o termo “relações sociais do sexo” (THÉBAUD, 2009, p.41), os demais movimentos de mulheres e feministas passaram a usar a palavra “gênero” ao invés de “sexo” nos anos oitenta do século XX. Através dos diálogos dos diversos campos de conhecimento com os movimentos sociais – feministas, mulheres, lésbicas e gays surgiu uma nova perspectiva de abordagem denominada de estudos de gênero que contempla, nas pesquisas históricas, as categorias de análise: gênero, classe, raça/etnia e geração (PEDRO, 2005, p.78).

Com o objetivo de levantar quais referências são utilizadas nos documentos produzidos por mulheres envolvidas nos movimentos feministas e de mulheres ao serem usadas as categorias “feminismo”, “mulher”, “mulheres” e “relações de gênero” usei como fontes os livros “*O que são os direitos humanos das mulheres*” da ativista feminista Maria Amélia de Almeida Teles; “*Condição feminina e as formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920*” da historiadora Raquel Soihet e “*Mujeres en la Sociedad Argentina: una historia de cinco siglos*” da socióloga argentina Dora Barrancos. Utilizei também periódicos feministas: o brasileiro “*Brasil Mulher*” - de 1975 até 1977 -, e o

argentino “*Persona*” – de 1975 até 1983. Lancei mão ainda de duas entrevistas, uma com a professora argentina Dora Barrancos e a outra com a professora brasileira Luzia Margareth Rago.<sup>1</sup>

Além dessas ferramentas utilizadas para entender os discursos, procuraremos compreender como acontecem os processos que sustentam os difusores de notícias e informações, neste caso, os periódicos feministas analisados e os livros. Para tal, é pertinente apontar o que Eni Orlandi nos mostra: “*se pensamos o discurso como efeito de sentidos entre locutores, temos de pensar a linguagem de uma maneira muito particular: aquela que implica considerá-la necessariamente em relação à constituição dos sujeitos e à produção dos sentidos*” (2010, p.53). E complementa que a história está imbricada neste processo uma vez que ela dá ferramentas para que os signos sejam compartilhados com significados semelhantes entre quem emite informação e quem recebe. A autora aponta ainda que “*o discurso está na base da produção da existência humana*” (2005, p.15), porque a linguagem faz a mediação entre o ser humano e seu entorno social.

O estudo da história através dos meios de comunicação deixou de ser suspeito para se tornar campo privilegiado para a compreensão das relações sociais e culturais pela função que exerceram na construção do imaginário social, “nestas últimas décadas perdemos definitivamente a inocência e incorporamos a perspectiva de que todo documento, e não só a imprensa, é também monumento, remetendo ao campo de subjetividade e da intencionalidade com o qual devemos lidar” (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p.254). Tânia Regina de Luca alerta para que o pesquisador esteja atento ao analisar essas fontes impressas de forma a não dissociar o conteúdo da fonte com o espaço ocupado pela publicação no processo histórico (In PINSKY, 2005, p.139).

Para trabalhar com as entrevistas utilizo a História Oral, cuja metodologia vem sendo muito utilizada nos estudos históricos. A metodologia de História Oral é caracterizada principalmente pela utilização de entrevistas como fontes históricas - documentos que são construídos a partir da memória da pessoa entrevistada e, por esse motivo, são carregados de ressignificações e marcados pela subjetividade, componentes típicos da construção das recordações -, pois, “*o relato pessoal deixou de ser visto como exclusivo de seu autor,*

---

<sup>1</sup> Essas entrevistas foram realizadas por integrantes do Projeto Cone Sul, realizado pela equipe do Laboratório de Estudos de Gênero e História da Universidade Federal de Santa Catarina (da qual faço parte) e coordenado pelas Professoras Doutoras Cristina Scheibe Wolff e Joana Maria Pedro. A equipe do Projeto Cone Sul utiliza, além de fontes orais, de periódicos e de audiovisuais; este projeto também é marcado pelo uso da categoria gênero, pela História Comparativa e pela História do Tempo Presente.

*tornando-se capaz de transmitir uma experiência coletiva, uma visão de mundo tornada possível em determinada configuração histórica e social*” (ALBERTI In: PINSKY, 2005. p.163). Lembro que para este trabalho, considero, a partir de Reinhart Koselleck, que as categorias de análise têm história (2006, 336p.).<sup>2</sup>

Nos periódicos feministas analisados, encontrei semelhanças de referências quanto ao uso das categorias “feminismo”, “mulher”, “mulheres” e “relações de gênero”. Tanto no *Brasil Mulher* quanto no *Persona* percebi que são utilizadas as categorias “feminismo”, “mulher” e “mulheres”, ainda sem a presença da categoria gênero, embora as matérias façam comparações entre homens e mulheres. Foi possível notar que, salvo algumas raras exceções, comumente a categoria “mulher” é utilizada quando a expressão se refere a assuntos que dizem respeito ao coletivo total de mulheres como a manchete do jornal *Brasil Mulher* que diz: “*Mulher brasileira quer seu lugar*” (1976, p. 13). O anseio por conseguir o “seu lugar” parece que é visto pelas redatoras do jornal como um objetivo da totalidade das brasileiras. Em outro número deste jornal, uma matéria intitulada “*Emancipação: a procura da igualdade perdida*” traz o seguinte subtítulo: “*É impossível desvincular a luta pela emancipação da mulher de uma luta geral pela libertação do ser humano*” (1975, p. 3). Aqui é possível enxergar a emergência da “*luta pela emancipação da mulher*” como um objetivo global das mulheres, porém, é possível levantar a hipótese que em 1975 muitas mulheres brasileiras ainda não questionavam a sua subordinação em relação à hegemonia masculina, visto que é neste período que a Organização das Nações Unidas (ONU) institui o Ano Internacional da Mulher e dá impulso a difusão das ideias feministas trazidas pela “segunda onda” aqui no Brasil bem como nos países do Cone Sul. Ainda neste periódico há uma matéria sob o título “*Mulheres portuguesas estão fazendo a reforma agrária*” e no interior dela tem um trecho que diz “*A mulher portuguesa – como um setor da sociedade discriminado e explorado...*” e outro diz que

Brasil Mulher escutou as mulheres do campo em Portugal com a finalidade de levar a mulher brasileira a refletir sobre sua companheira do outro lado do Atlântico, encontrando, ou não, semelhanças com sua própria condição de mulher na sociedade de classe (1975, p.10).

Nestes trechos temos evidências que reforçam a ideia de que, neste periódico, o uso da

---

<sup>2</sup> Embora neste texto, o autor se refira aos conceitos. Penso que caiba para a discussão, também, das categorias de análise.

categoria “mulher” se faz presente quando se quer ideia de totalidade, universalidade: “*a mulher portuguesa, – como um setor da sociedade discriminado e explorado*”..., a exploração diz respeito à totalidade de portuguesas, independente da classe, etnia/raça, como mostrado anteriormente. E, novamente “...*levar a mulher brasileira a refletir...*” remetendo a totalidade das brasileiras. E quando se pretende realçar um segmento da população feminina utiliza-se a categoria “mulheres”: “*as mulheres do campo em Portugal*”. Conforme a manchete do *Brasil Mulher*: “*Mulheres Lideram Associação de Favelados no Rio*” (1977, p. 7). Aqui é bem fácil notar que a categoria “mulheres” refere-se a apenas algumas mulheres, um número reduzido delas, neste caso. No periódico *Persona* há uma manchete que diz: “*El cuerpo de la mujer*”, novamente remete-nos a um termo que engloba todas as mulheres, visto que todas, a priori, possuem um corpo (1982, p. 21). Ainda neste periódico há uma notícia sob o título “*La vida de las mujeres*” (1981, p. 20), oração que me levou a pensar que a minha constatação fosse desfeita, mas ao lê-la percebi que a autora da matéria estava tratando da vida de mulheres próximas à ela que eram casadas, e que ela não estava inclusa naquela modalidade de relacionamento – não tinha marido -, logo, “*a vida*” nesta expressão não tem relação a totalidade das mulheres, mas apenas de um seguimento delas.

No brasileiro *Brasil Mulher* e no argentino *Persona* encontrei a categoria “feminismo” em pouquíssimos números. Então, trouxe para essa discussão um recorte encontrado no editorial dos dois jornais – brasileiro e argentino -, explicando o que é feminismo para o público leitor. No primeiro jornal, essa categoria é referenciada como sendo o “*Movimento de Libertação da Mulher*” (1976, p. 2). No segundo, a categoria “feminismo” é colocada como “*una necesidad para colocarnos frente a frente y aun mismo nivel, para que a partir de allí comencemos un diálogo que nunca hasta ahora fue posible*” (1975, p. 2), tratando das relações entre mulheres e homens. No primeiro exemplo é possível inferir que o termo representaria uma aproximação ao feminismo diferencialista, caracterizado por acentuar as diferenças entre homens e mulheres e a partir daí se unirem em torno da luta contra a subordinação das mulheres, algumas diferencialista propunham a feminização do mundo. Já o segundo exemplo se pauta por igualar mulheres e homens no intuito de conseguir os mesmos direitos que os homens (PEDRO, 2005, p.81). Neste momento ainda não aparece a categoria “relação de gênero” nos periódicos.

Nos livros pesquisados nem sempre encontrei os usos das categorias de forma distinta, como foi possível perceber nos jornais. Talvez para algumas das autoras dos livros as

categorias fossem tomadas apenas como palavras sinônimas e talvez não enxergassem a distinção no uso das categorias “mulher” e “mulheres”.

Na obra “*O que são os direitos humanos das mulheres*”, de 2007, pude perceber que, da mesma forma dos jornais, a categoria “mulher” aparece, em número reduzidíssimo, junto a conceitos que poderiam e podem, infelizmente neste caso, ser relativos a todas as mulheres, conforme o fragmento “*A naturalização da violência contra a mulher...*” que traz o tema da violência que perpassa todas as sociedades e atinge de alguma forma ou grau a todas as mulheres (TELES, 2007, p.62). A categoria “mulheres” foi utilizada muitas vezes, inclusive quando estava atrelado a conceitos pertinentes a todas as mulheres, assinalando que mais recentemente, essa categoria está sendo mais utilizada, em detrimento da categoria “mulher”, no intuito de incluir todas as mulheres nas mais diversas situações em que se encontram. Este livro traz uma discussão ampla acerca da utilização da categoria “relações de gênero”. Sob o título “O que é gênero?” a autora, entre outras afirmações diz que

Entende-se por gênero, quando aplicado nesse campo, como uma categoria de análise da sociedade; por meio de seu uso, há condições de serem reveladas e analisadas as desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais entre mulheres e homens (TELES, 2007, p.62).

A categoria “feminismo” aparece no texto, como veremos a seguir, quando Maria Amélia Teles diz que

A função fundamental do feminismo é enfrentar para mudar o pensamento patriarcal ainda presente em nossos dias. É questionar os paradigmas que determinam a supremacia masculina em detrimento da autonomia e da emancipação das mulheres. É propor mudanças e transformações sociais em busca de justiça e dignidade. O feminismo manifesta-se por meio de movimentos públicos, nos espaços acadêmicos, populares, políticos, religiosos e culturais. Esses movimentos têm-se empenhado em ações de denúncias, campanhas e protestos contra padrões “únicos” e “normais” que favorecem a submissão das mulheres. Em torno dessas ações e de experiências vividas pelas próprias mulheres, foram feitos estudos, pesquisas e observações que se transformaram em teorias feministas (2007, p.51).

No livro publicado em 2007, “*Mujeres em La Sociedad Argentina: una historia de cinco siglos*”, encontrei situação semelhante à obra analisada acima. A palavra “mulher” é encontrada várias vezes, porém está comumente dentro de citações de autores utilizados pela escritora. Em uma das ocorrências, a categoria “mulher” foi utilizada para dar conta de uma

situação que envolvia as mulheres na sua totalidade como se pode ver a seguir:

En cualquiera de las sociedades, blanca, mestiza, indígena o afroestiza, una mujer siempre debía obediencia, su voluntad era la última en ser consultada y las posibilidades de transgredir menguaban, pero es cierto que la infracción era mucho más probable en los tres últimos grupos (BARRANCOS, 2007, p.47).

Para as demais situações, a categoria “mulheres” foi sempre utilizada quando a autora queria se reportar as pessoas do gênero feminino. A categoria “feminismo” foi encontrada no capítulo seis, quando ela fala dos “Movimientos de mujeres y feministas” conforme o fragmento abaixo:

Algunas investigaciones muestran que las mujeres que reactualizaron el feminismo, casi a fines de los 60, emplearon un concepto con el que querían distinguirse de los otros movimientos sociales. Se trataba de hacerse de una “conciencia”, recusando la idea de “concientización” por la de “concienciación” ya que éste sonaba a un proceso activo que aludía centralmente al yo reflexivo. Por lo tanto, las acciones que se proponían estuvieron dirigidas a formar una razón crítica que pudiera sacudir la subordinada condición femenina, y para ello lo mejor era proceder mediante grupos de reflexión (BARRANCOS, 2007, p.239).

A autora construiu o texto utilizando os estudos de gênero, pois apesar de contar a história das mulheres argentinas, a história dos homens também foi revelada concomitantemente. E a categoria “relações de gênero” aparece em vários trechos do livro como explicitado na fração do texto a seguir:

El anarquismo se embanderó rápidamente con dos vertientes que, examinadas desde las relaciones de género, cobran otra relevancia. La primera de ellas fue lo que en la época se denominó neomalthusianismo, esto es, adhirió a las ideas de Malthus, quien describió la inexorable mengua de las fuentes alimentarias si progresaba el crecimiento poblacional, por lo que el ensayista inglés recomendaba dramáticamente evitar los nacimientos y para ello abogó por la abstinencia sexual (BARRANCOS, 2007, p.130).

Em a “*Condição feminina e as formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920*”, livro publicado em 1989, a razão do uso das categorias “mulher” e “mulheres” nem sempre fica bem clara se comparada às das fontes analisadas anteriormente, apesar desta autora ter sido a única que criticou o uso da categoria “mulher” conforme abaixo,

Um grave erro de que padece a abordagem em pauta, aliás muito comum, é o fato de tratarem a mulher como categoria universal com características comuns determinadas organicamente, constituindo, aquelas de comportamento diverso, versões anormal. Tal postura ilusória, pois a “mulher universal” tanto quanto o “homem universal” são criações mentais inexistentes no terreno factual. Na verdade, como afirma Saffiotti, apenas existem seres humanos, condicionados pela situação histórico-social em que vivem e só neste contexto podem ser observados e explicados (SOIHET, 1989, p.110).

Em vários momentos tive dificuldade para compreender a utilização do uso da categoria que ela critica. Isso pode ter se dado em virtude de o livro ter sido publicado ainda na década de 1980 e as normas para o uso de referências diferirem das utilizadas atualmente, pois estas fazem com que fique muito claro quando o autor utiliza citação direta ou constrói um texto seu a partir de leituras de outros autores. E, na obra analisada, apesar de aparecem notas de rodapé, não dá para ter certeza do autor do fragmento em que aparecem as categorias em questão. Há que se assinalar a presença do sinal “aspas” no interior dos parágrafos, porém, o emprego delas não dá conta da utilização da categoria “mulher” apenas pelos autores citados. Ainda cabe citar dois fragmentos do texto para explicitar o que foi mostrado neste parágrafo em relação ao uso da categoria “mulher” no corpo do livro, sem que sejam citações de autores diversos, mas sim, ao que parece, de autoria da escritora, utilizando a categoria “mulher” em um sentido universal, como se todas as mulheres sofressem os mesmos preconceitos: “*Também o conflito entre duas irmãs, Eugênia Santos e Maria Fontoura dos Santos, permite depreender outra série de preconceitos relativos à mulher*” (1989, p.238) e

Por outro lado, verifica-se que a situação de agressividade por parte da mulher só é aceita em situações nas quais esteja em jogo a sua honra, conceito que, como vimos, na mulher é sexualmente localizado, consistindo na defesa da virgindade ou da fidelidade, do que resulta a ampla utilização da violência por parte deste sexo. Não se admite, porém, reações femininas frente ao adultério ou abandono, como ocorre com o homem, o qual se acredita apresentar sensações diversas daquelas do sexo feminino (SOIHET, 1989, p.235).

Quero salientar ainda que foi utilizado com frequência o adjetivo “feminino” com a variação de gênero (feminina) e número (femininas) no intuito de substituir o uso das categorias “mulher” e “mulheres”. Pode-se ainda aventar a hipótese de que no processo de revisão o responsável por tal atividade tenha usado sinônimos para evitar repetição de

palavras, no entanto, a autora não exigiu a manutenção das palavras “mulher” e “mulheres” como categoria. Nesta obra não aparecem as categorias “feminismo” e nem “relações de gênero”, apesar de algumas vezes haver comparações entre situações vivenciadas por mulheres e homens.

Na entrevista de Dora Barrancos, realizada em 2006, encontrei uma única vez a utilização da categoria “mulher” que denota universalidade: *“À noite. Às três horas da manhã, quando a mulher diz: o que estou fazendo aqui?! E essa hora, é a hora em que os nossos “muchachos”, como eu falo, decidem quem vai na lista”* (2006, p.9). Em relação a categoria “mulheres”, posso dizer que é a mais utilizada e como exemplo trago o fragmento a seguir:

Daí em diante foi uma procura de conduzir, dirigir os trabalhos às mulheres, sobretudo..., que é uma feminista consagrada já. E ela sempre me impulsionava a uma questão mais atual. De fato foi assim que aconteceu, especialmente já no final dos 80... (2006, p. 4-5).

Nota-se que a entrevistada utiliza essa categoria com o objetivo de expressar a reunião de indivíduos singulares,

...depois que eu saí da legislatura, fiz o concurso para dirigir o Instituto de Gênero, que recém começava. Foram anos muito intensos. Em geral, a nossa marca, a minha marca, eu diria, como acadêmica, enfim, normalmente nossa procura tem a haver com aspectos acadêmicos relativos, mas também com aspectos ligados a denúncias (...) e políticas. Por exemplo, temos trabalhado recentemente, ano anterior, com a Fundação (...), com um grupo de mulheres, tentando fortalecer sua articulação com a política, visto por um lado. Por outro lado debatendo problemas em permanecer na política sendo mulheres, problema muito difícil (2006, p.9).

A categoria “feminismo” foi utilizada quando ela fala do exílio no Brasil, período em que tem contato com o movimento feminista e, sobretudo com a questão da anistia aos presos políticos. Ela diz:

Porque para nós, como uma espécie de lugar de culto comum, em nossos imaginários de formação social, o feminino, o feminismo, a condição feminina, viria depois da revolução. Não estava no programa, não estava na agenda de nossas ações. Portanto outro dos méritos que eu tenho com o Brasil é ter encontrado com o feminismo. E esse feminismo aparecia forte em Minas Gerais, porque você deve lembrar do caso de Ângela Diniz... e eu fui das que andou nas passeatas, acompanhou o caso espantoso Ângela Diniz... e recordo perfeitamente das minhas companheiras que já militavam

no feminismo. Eu acompanhava e ainda tinha questões, não foi imediato. Mas foi aí que se originou toda essa relação com o feminismo (2006, p. 8).

“Relação de gênero” como categoria não foi utilizada exatamente com essa grafia, porém, há um fragmento em que ela fala sobre “questão de gênero”, expressão que pode ser entendida como similar no contexto:

Isso, no ponto de uma questão de gênero, foi pensada porque o homem representativo, dos conselhos, a câmara de vereadores na cidade, tinha uma história horrorosa de corrupção e se dizia, claramente, que as medidas de maior corrupção aconteciam doze horas, uma hora, três horas da manhã quando já não ficava o mínimo dentro da câmara, então por isso que no regulamento se colocou isso. Mas nós feministas pensávamos que era uma medida muito interessante. Impedia, por exemplo, porque isso é um problema onde está o tempo esta jogado de uma maneira muito emocionante, para as mulheres, persistirem, uma vida que estabelece novos vínculos, com a empregada, com o marido, por que uma mulher não abandona o gerenciamento da casa e ainda tem que fazer seu tempo... (2006, p.8-9)

A professora Luzia Margareth Rago, em entrevista concedida em 2004, utiliza a categoria “mulher” como universal porque está se referindo a assuntos que parecem dizer respeito à totalidade das mulheres, conforme se vê abaixo:

Há pouco tempo eu descobri um artigo da Michelle Perrot que é Michel Foucault e a História das Mulheres em que ela contesta as... críticas das feministas ao Foucault e eu, concordo com ela e também penso muito na nessa direção, que ele dá muito fundamentação teórica para gente pensar algumas questões do, próprio feminismo, como essa própria historicização das subjetividades ou a noção de micro poderes, essas questões de disciplinarização do corpo, normatização, para pensar coisa da mulher é fantástico, medicalização da sociedade... (2004, p. 6)

Neste mesmo fragmento está contida a categoria “feminismo”, vocábulo que a entrevistada relaciona com a “*historicização das subjetividades*”, “*noção de micro poderes*”, “*questões de disciplinarização do corpo*”, “*normatização*” e “*medicalização da sociedade*”, discussões comumente presentes nas pautas do movimento feminista. Outra observação interessante é a referência que ela faz à Michelle Perrot, “a grande mestra da História das Mulheres” (PEDRO, 2003) e ao filósofo Michel Foucault, autores importantes no pensamento ocidental para os estudos sobre os indivíduos excluídos da história. Margareth Rago utiliza também a categoria “mulheres”: “...*porque nessa pesquisa do feminismo eu estava estudando as mulheres anarquistas e eu comecei a procurar umas mulheres anarquistas...* (2004, p.19)

quando está falando de um distinto grupo de mulheres, as anarquistas. E ainda, “*então de uma certa maneira eu senti o seguinte: que era importante isso para as mulheres que eram oprimidas, eu não era oprimida, entendeu?*” (2004, p.11), neste caso, fala das oprimidas. Entretanto, pude notar que no discurso dela há uma mistura na motivação do uso das categorias “mulher” e “mulheres”, pois em

Então, entre o final de noventa, noventa e um, noventa e dois eu fiquei trabalhando no PAGU e aí entrando na Rede Feminista aí surgiram núcleos de gênero para tudo que é lado, e eu ia falar da prostituição, do gênero, das mulheres aí eu entrei de sola na coisa do feminismo tanto que criei aquele projeto que você conhece que é a história do feminismo no Brasil (2004, p.19).

Então, em relação às categorias “mulher” e “mulheres”, percebemos que ela utiliza tanto uma categoria quanto a outra no sentido universal, o que, segundo Claire Hemmings, é comum acontecer na fala de mulheres militantes, principalmente as que atuaram nos anos 1970, quando a principal categoria usada era “mulher” (2003). Todavia, na citação imediatamente acima, parece seguir a recomendação que fez Heleieth Saffiotti já em 1969, que diz ser equivocada a utilização do termo “mulher” como categoria universal uma vez que não existe esse sujeito universal de fato, ao contrário, isso foi construído (SAFFIOTTI apud SOIHET, 1989, p.110). Em relação ao uso da categoria “relação de gênero”, cabe dizer que a entrevistada cita algumas vezes a palavra gênero para se referir aos estudos de gênero, e que na passagem “*Afinal se a gente está criticando esses modelos de gênero, esses modelos de ser mulher, esses modelos de homem...*” (RAGO, 2004, p.26) ela dá a entender os “*modelos de ser mulher*” e de “*ser homem*” perpassam pela categoria “relação de gênero”, pois, entendemos que o gênero é “um dos componentes da construção social do sujeito masculino e feminino”,<sup>3</sup> se faz presente em todas as relações sociais e, conseqüentemente, nos discursos sobre o masculino e o feminino (WOLFF ; BACK ; SENA, 2007).

Assim, foi possível perceber que no período de 1975 até 2008, nos documentos analisados, os livros “*O que são os direitos humanos das mulheres*” da ativista feminista Maria Amélia de Almeida Teles; “*Condição feminina e as formas de violência: mulheres*

---

<sup>3</sup> WOLFF, Cristina; BACK, Lilian; SENA, Priscila Carboneri de. Relações de gênero na definição de um guerrilheiro: um paralelo entre o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8 – Brasil) e o Ejercito Revolucionario del Pueblo (ERP – Argentina). Anais do IV Encontro Regional Sul de História Oral – Cultura, identidades e memórias, Florianópolis, 12 a 14 de novembro de 2007. Disponível em: <<http://www.cfh.ufsc.br/abho4sul/pdf/CristinaScheibeWolff.pdf>>. Acesso em: 05 de maio de 2010.

*pobres e ordem urbana, 1890-1920*” da historiadora Raquel Soihet e “*Mujeres em la Sociedad Argentina: una historia de cinco siglos*” da socióloga argentina Dora Barrancos. Nos periódicos feministas: o brasileiro “*Brasil Mulher*” - de 1975 até 1977 -, e o argentino “*Persona*” – de 1975 até 1983. E, ainda, nas duas entrevistas, uma com a professora argentina Dora Barrancos e a outra com a professora brasileira Luzia Margareth Rago, As autoras trazem sempre a categoria “mulher” relacionando-a a um sujeito universal: a *mulher*; trazem também a categoria “mulheres” em referência a pluralidade de sujeitos que residem dentro do universo feminino. Já a categoria “feminismo” está presente em praticamente todas as obras, com exceção do livro “*Condição feminina e as formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920*”. Entre o livro e a entrevista da professora Dora Barrancos, percebemos que há diferença acerca da utilização das categorias “mulher” e “mulheres”, apenas na fala ela utiliza a categoria “mulher” em sentido de totalidade, universalidade. A professora Margareth Rago, utiliza tanto a categoria “mulher” quanto “mulheres” no sentido universal, fato comum na fala de mulheres militantes, principalmente as que atuaram nos anos 1970, quando a principal categoria usada era “mulher”. Percebemos, ainda, que é comum encontrar obras cujos autores não levam em conta a historicidade das categorias. E por fim, que a categoria “relação de gênero” ainda não aparece nos periódicos, pois ela começa a ser usada na década de 1980. Também não encontrei referências a esses termos no livro da historiadora Raquel Soihet.

## Referências

- ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005. p. 153-202.
- ALVES, Branca Moreira, PITANGUY, Jacqueline. O que é feminismo. São Paulo: Brasiliense, 2007. 78p.
- BARRANCOS, Dora. Entrevista concedida a Roselane Neckel (digital). Buenos Aires, Argentina. 2006. Transcrita por Margareth V. Kolb; Vivian B. Moretti, revisada por Yarssan Dambrós. Acervo do LEGH/UFSC.
- \_\_\_\_\_. Mujeres en La sociedad argentina: una historia de cinco siglos. 1ª Ed. Buenos Aires: Sudamericana, 2007. 352p.

BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo, vol. 1: fatos e mitos. 4ª ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

\_\_\_\_\_. O segundo sexo II: a experiência vivida. 2a ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967. p. 500. Disponível em: <<http://www.ebah.com.br/o-segundo-sexo-ii-a-experiencia-vivida-pdf-a34484.html>>. Acesso em: 26 de outubro de 2010.

Brasil Mulher. Ano 1, No. 0, 1975, p. 3 e 10.

\_\_\_\_\_. Ano 1, No. 2, 1976. p. 2.

\_\_\_\_\_. Ano 1, No. 4, 1976, p. 13.

\_\_\_\_\_. Ano 2, No. 8, 1977. p. 7.

CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon. Vozes femininas (ainda) silenciadas: ranços e avanços sobre a violência doméstica no Brasil (1985-2005). In: FRANCO, Sebastião Pimentel; NADER, Maria Beatriz; SILVA, Gilvan Ventura da (orgs.). História, mulher e poder. Vitória: Edufes; PPGHis, 2006. 325p.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. In: Revista do programa de estudos pós-graduados em história e do departamento de história – PUC. Nº 35. Julho/Dezembro/2007. p. 253-270. Disponível em: <<http://www4.pucsp.br/projetohistoria/downloads/volume35/ATT06511.pdf>>. Acesso em: 22 de setembro de 2010.

DE LUCA, Tânia Regina. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005. p. 132-139.

DUBY, Georges; Perrot, Michelle. Historia de las mujeres: El siglo XX. Guerras, entreguerras y posguerra. Tomo 9. Madrid: Taurus Ediciones, 1993. p. 1-89.

FRIEDAN, Betty. Mística feminina. Rio de Janeiro: Vozes, 1971. 325p.

GREER, Germaine. A mulher eunuco. São Paulo: Círculo do livro, 1975. 446p.

HEMMINGS, Clare. Contando estórias feministas. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 17, n. 1, 2009.

HUNT, Lynn. A invenção dos Direitos Humanos: uma história. São Paulo: Cia das Letras, 2009. 285p.

KOSELLECK, Reinhart. Futuro passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: PUC Rio, 2006. 336p.

NÚCLEO INTERDISCIPLINAR DE ESTUDOS SOBRE MULHER E GÊNERO - NIEM/UFRGS. Fique por dentro da história do Movimento Feminista. Direitos conquistados

na história. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/nucleomulher/movfeminista.php#01>>  
Acesso em: 27 de outubro de 2010.

ORLANDI, Eni P. Análise de discurso: princípios e procedimentos. 6ª Ed. Campinas, SP: Pontes, 2005. p. 15.

\_\_\_\_\_. Discurso, Imaginário Social e Conhecimento. Em Aberto. Brasília, ano 14, n.61, jan./mar. 1994, p. 53. Disponível em: <<http://www.emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/911/817>> Acesso em: 15 de setembro de 2010.

PEDRO, Joana Maria. Michelle Perrot: a grande mestra da História das Mulheres. In: Um diálogo sobre mulheres e história. Revistas Estudos Feministas. Volume 11, Número 2. Florianópolis, Jul-Dez/2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sciarttext&pid=S0104-026X2003000200009>>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2011.

\_\_\_\_\_. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. Texto inédito. 17p.

\_\_\_\_\_. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. História [online]. 2005, vol.24, n.1, p. 82. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/his/v24n1/a04v24n1.pdf>> Acesso em: 27 de outubro de 2010.

Persona. Ano 2, No. 5. 1975. p. 2.

\_\_\_\_\_. Ano 2, No. 7. 1981. p. 20.

\_\_\_\_\_. Ano 3, No. 14. 1982. p. 21.

RAGO, Luzia Margareth. Entrevista concedida a Joana Maria Pedro (2 fitas cassete). Florianópolis – SC, Brasil, 19/04/2004. Acervo do LEGH/UFSC.

SCOTT, Joan. A história das mulheres. In: BURKE, Peter (org). A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. P. 63-95.

SOIHET, Rachel. Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989. 394p.

TELES, Maria Amélia de Almeida. O que são os direitos humanos das mulheres. São Paulo: Brasiliense, 2007. p. 127.

THÉBAUD, Françoise. Políticas de gênero nas Ciências Humanas. O exemplo da disciplina histórica na França. Revista Espaço Plural, ano X, n. 21, p. 33-42, 2º semestre, 2009.

WOITOWICZ, Karina Janz (org). Recortes da mídia alternativa: histórias e memórias da comunicação no Brasil. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2009. 312p.

WOLFF, Cristina; BACK, Lilian; SENA, Priscila Carboneri de. Relações de gênero na

definição de um guerrilheiro: um paralelo entre o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8 – Brasil) e o Ejercito Revolucionario del Pueblo (ERP – Argentina). Anais do IV Encontro Regional Sul de História Oral – Cultura, identidades e memórias, Florianópolis, 12 a 14 de novembro de 2007. Disponível em: <<http://www.cfh.ufsc.br/abho4sul/pdf/CristinaScheibeWolff.pdf>>. Acesso em: 05 de maio de 2010.